



Projeto de Lei nº 10/2025.



**PARECER JURÍDICO**

**1 - HISTÓRICO**

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que “**Dispõe sobre o reconhecimento da Festa de Exposição Agropecuária de Itaguaí – EXPO Itaguaí como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Itaguaí e dá outras providências**”, proposto pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Haroldo Rodrigues de Jesus Neto.

O Projeto de requer em linhas gerais o reconhecimento da Festa de Exposição Agropecuária de Itaguaí – Expo Itaguaí, como Patrimônio Cultural Imaterial do Município, valorizando sua importância para a comunidade Local.

Em apertada síntese o presente projeto de Lei almeja instituir o reconhecimento da Expo Itaguaí para que o Poder Público Municipal tenha condições de promover medidas que garantam a continuidade do evento, preservando suas características culturais e assegurando sua realização nos próximos anos, dada a importância para a comunidade local.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sendo competência plenária a discussão de mérito.

**2- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Preliminarmente, trazemos aos autos processuais, o que narra o Regimento Interno quanto à Tramitação dos Projetos de Lei:

*Art. 184. Os projetos apresentados na Secretaria da Câmara Municipal serão protocolados em livro próprio, autuados e encaminhados à Procuradoria Jurídica para que sejam instruídos preliminarmente com informação de caráter técnico, jurídico e opinativo.*

*§1º Após serem instruídos pela Procuradoria Jurídica, os projetos serão incluídos para leitura nos expedientes recebidos e despachados de plano pelo Presidente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para se manifestar quanto aos aspectos regimental, legal e constitucional e, posteriormente, às demais comissões permanentes, quando for o caso.*

*§2º As comissões, em seus pareceres, poderão oferecer substitutivas ou emendas.*

*§3º Para instruir os projetos sujeitos à sua apreciação, a Procuradoria Jurídica terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de protocolo na Procuradoria*

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ





Assim sob tal aspecto, há de ser observado o disposto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que atribui dentre outros o conceito de patrimônio cultural imaterial os espaços e manifestações artísticos-culturais que asseguram a memória de diferentes grupos da sociedade, vejamos:

*Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

*§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.*

*§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.*

Ademais, o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 define, também, que o poder público - com a colaboração da comunidade - promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Para criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais, o governo brasileiro promulgou o **Decreto nº. 3.551. de 4 de agosto de 2000**, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), executado pelo Iphan.

Os bens culturais imateriais passíveis de registro pelo Iphan são aqueles que detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. As inscrição desses bens nos Livros de Registro atende ao que determina o Decreto 3.551.

Não obstante, o art. 253, I, IV da Lei Orgânica Municipal assegura como Patrimônio Cultural Imaterial Itaguaense toda e qualquer referência à identidade e memória dos diferentes grupos formadores da Sociedade municipal, veja-se:

*Art. 253 - Constituem patrimônio cultural itaguaense, os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal nos quais se incluem:*

*I - as formas de expressão;*

*II - os modos de criar, fazer e viver;*

*III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*

*IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**  
PODER LEGISLATIVO



O projeto de lei proposto, sob a ótica jurídica, não viola a regra constitucional da iniciativa do processo legislativo, não representando afronta ao princípio da separação dos poderes, eis que, a matéria proposta está abrangida pela competência Municipal nos moldes do art. 30, I e II e art. 216-A, §4º da Constituição Federal de 1988, vejamos:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.*

*(...)*

*§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.*

Quanto à provocação de instauração de processo de registro do Bem de Natureza Cultural Imaterial, também será de competência da Secretaria do Município o seu assentamento, conforme determinado no art. 2º, III do **Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 do Governo Federal:**

*Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:*

- I - o Ministro de Estado da Cultura;*
- II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;*
- III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;**
- IV - sociedades ou associações civis.*

Analisando o Projeto de Lei, não há violação à regra constitucional da iniciativa do processo legislativo, eis que, a matéria proposta está abrangida pela competência privativa do Chefe do Poder Executivo, como dispõe o art. 180, II, "f", do Regimento Interno, abaixo transcrito:

*Art. 180 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei delegada e, também dos projetos que:*

*(...)*

*II - disponham sobre:*

*f - políticas, planos e programa municipais, locais e setoriais de desenvolvimento;*

**Câmara Municipal de Itaguaí**

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 / Itaguaí-RJ



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ**  
PODER LEGISLATIVO



O Exmo. Sr. Prefeito, ao propor o presente Projeto de Lei busca o reconhecimento da Festa de Exposição Agropecuária de Itaguaí - Expo Itaguaí como Patrimônio Cultural Imaterial, com vias de assegurar a valorização cultural do Município e, promover a tradição agropecuária junto aos produtores rurais, comerciantes e artistas locais, se enquadrando na competência do Poder Executivo.

### 3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto acima, conclui-se que a matéria ora versada pelo Projeto Lei, não possui qualquer óbice legal ao seu prosseguimento, razão pela qual, opinamos pela constitucionalidade da propositura do Projeto de Lei pelo Poder Executivo.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 20 de fevereiro de 2025.

*Camilla Kyanne P. Lamoço*  
Camilla Kyanne Pinheiro Lamoço

Subprocuradora de Processos  
OAB/RJ 210.245 - Matr. 35.287

*Carlos André Franco M. Viana*  
Carlos André Franco M. Viana  
Procurador-Geral da Câmara  
OAB/RJ 166.542 - Matr. 35.286